

SUSTENTABILIDADE

***Roberto Rodrigues**

Muito mais do que se imagina, sustentabilidade na produção de alimentos vai se tornando um fator determinante de competitividade. Consumidores do mundo todo querem saber como o alimento foi produzido, quais tecnologias, insumos ou mão de obra foram utilizados no campo, que processo industrial foi aplicado, como foi feita a distribuição. Temas como a rastreabilidade e a certificação estão ganhando espaço nas redes agroindustriais.

Faz sentido: o que se busca é a garantia da saúde humana compatibilizando os fatores de produção com a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

E é muito importante que a verdade seja sempre publicada, de forma que interesses comerciais menores não triunfem sobre ela.

Há certos assuntos sobre a produção rural brasileira que volta e meia surgem no noticiário, e um deles é a informação de que somos o país que mais usa defensivos agrícolas. Mas agora isto deve cair em esquecimento, porque a FAO, organismo de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas publicou ranking mostrando que o Brasil é o 44º país no uso destes insumos por hectare cultivado, ficando atrás de Holanda, Bélgica, Itália, Irlanda, Portugal e Suíça, entre outros países europeus, sem falar nos americanos e asiáticos. Os números, relativos ao ano de 2016, constam do Sistema FAOSTAT, banco de dados da FAO que fornece estatísticas de 245 países desde 1961. E não podemos esquecer que somos um país tropical que faz duas e até três safras por ano, o que exige o uso de defensivos até no inverno porque não há quebra nos ciclos de reprodução de pragas e doenças que afetam as plantações, enquanto nas regiões de clima temperado as pragas são inativadas no frio.

Mas existem outros pontos sobre o sucesso do agro nacional no quesito sustentabilidade.

Sabe-se que em 2009 na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP15) realizada em Copenhague, o Brasil assumiu o compromisso de reduzir de 36,1% a 38,9% suas emissões de gases de efeito estufa projetadas para 2020. Segundo o governo, essas emissões tendiam a ser de 2,7 bilhões de toneladas de CO2 equivalente no ano. Sendo assim, o nosso país se comprometeu a cortar até 2020 a quantidade de 975 milhões a 1.059 milhões de toneladas! Esse intervalo inferior e superior para as emissões é função de possibilidade de 2 cenários de crescimento econômico, um mais pessimista e outro mais otimista. Até o momento foi o pessimista que se concretizou.

Pois bem. A agropecuária ficou então com a responsabilidade de reduzir suas emissões entre 133,9 milhões e 162,9 milhões de toneladas de CO2 equivalente, através da chamada Agricultura de Baixo Carbono - Plano ABC, estabelecido pelo Ministério da Agricultura. São programas já largamente utilizados, como a Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta, o Sistema de Plantio Direto, a Recuperação de Pastagens Degradadas, a Plantação de Florestas, a Fixação Biológica de Nitrogênio ao solo e o Tratamento de Dejetos Animais, entre outros. Para monitorar estas questões todas, foi criada no MAPA e na Embrapa a Plataforma ABC que realizou estimativas sobre a expansão do Plano, cruzando diversas fontes de informação, um trabalho bastante complexo. A partir dessas fontes, a Plataforma estimou que a agropecuária foi capaz de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, até dezembro de 2018, em 100,21 milhões de toneladas de CO2

equivalente, isto é, já teria cumprido 75% da meta a alcançar em 2020, considerando hipóteses conservadoras nas estimativas. Sob hipóteses mais pragmáticas, a redução das emissões chega a 115% sobre o compromisso de Copenhague. Em resumo, nosso setor está fazendo um trabalho extraordinário, e mesmo no pior cenário, cumprimos em mais 2 anos as metas assumidas.

E isso sem levar em consideração outras variáveis, como, por exemplo, a redução de emissões de CO₂ equivalente conseguido pelo etanol de cana que emite apenas 11% das emissões da gasolina.

E para coroar esses êxitos todos, na semana passada o brasileiro Guilherme Costa foi reeleito por aclamação o Presidente do Codex Alimentarius, programa conjunto da FAO e da OMS criado em 1963 para estabelecer normas internacionais na área de alimentos. Ora, o mundo não o elegeria se seu país de origem não estivesse fazendo a lição de casa tão exitosamente.

***Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve neste espaço todo segundo domingo do mês.**